

Superior Tribunal de Justiça

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 168.037 - MG (2019/0260212-8)

RELATOR : **MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES**
SUSCITANTE : **JUÍZO DA VARA DO TRABALHO DE MONTE AZUL - MG**
SUSCITADO : **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS**
INTERES. : **AMANDA DE FREITAS SANTOS DIAS**
ADVOGADOS : **LUIZ ANTÔNIO DIAS SILVEIRA - MG053009**
 CHARLES ANDRÉ SILVEIRA DIAS E OUTRO(S) - MG075053
 LADY DANIELLY RIBEIRO DA SILVA - MG132799
INTERES. : **MUNICIPIO DE JANAUBA**
ADVOGADOS : **SIMONE LOPES MACHADO - MG078877**
 LICIA LOPES BERNARDINO E OUTRO(S) - MG110871

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. CONFLITO DE COMPETÊNCIA. JUÍZOS COMUM ESTADUAL E TRABALHISTA. RECLAMAÇÃO TRABALHISTA. CONTRATAÇÃO, POR MUNICÍPIO, DE AGENTE PÚBLICO SOB O REGIME CELETISTA. VERBAS TRABALHISTAS RELATIVAS EXCLUSIVAMENTE A PERÍODO LABORADO SOB A VIGÊNCIA DA CLT. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 97 DO STJ. PRECEDENTES DO STJ. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO.

DECISÃO

Trata-se de conflito negativo de competência instaurado entre o JUÍZO DA VARA DO TRABALHO DE MONTE AZUL - MG e o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS, nos autos de reclamação trabalhista proposta em face de município.

Na hipótese dos autos, a parte reclamante informa ter sido contratada pelo regime celetista. O pedido veiculou, em síntese, a condenação do município ao pagamento de verbas trabalhistas relativas à totalidade do período em que a parte reclamante teria trabalhado como celetista, desde sua admissão.

O Juízo Comum declinou da competência, sob o fundamento de que o cargo ocupado pela reclamante se sujeitaria às normas trabalhistas. O vínculo com a Administração teria, portanto, caráter contratual, regido pela CLT, já que referente a verbas trabalhistas decorrentes de contrato de trabalho, de período anterior à instituição do regime jurídico estatutário.

O Juízo Trabalhista suscitou o presente conflito, ao entender que a controvérsia, referente a pleito de verbas decorrentes de admissão da reclamante por meio de processo público seletivo, indicaria que o objeto da demanda não se adstringiria às normas da CLT. O vínculo, pois, com a Administração Pública teria caráter jurídico administrativo.

É o relatório. Passo a decidir.

Preliminarmente, o art 926 do CPC/2015 determina que

Os tribunais devem uniformizar sua jurisprudência e mantê-la estável, íntegra e coerente.

Ainda, aplica-se ao caso o art. 927, I, do CPC/2015:

Superior Tribunal de Justiça

Art. 927. Os juízes e os tribunais observarão:

I - as decisões do Supremo Tribunal Federal em controle concentrado de constitucionalidade;

Finalmente, incide por analogia a Súmula n. 568/STJ:

O relator, monocraticamente, no Superior Tribunal de Justiça, poderá dar ou negar provimento ao recurso quando houver entendimento dominante acerca do tema.

Passo, pois, ao mérito do conflito.

A controvérsia está relacionada à definição de competência, na hipótese de condenação de município ao pagamento de verbas trabalhistas decorrentes exclusivamente de contrato de trabalho firmado com empregado público, antes da instituição de regime jurídico estatutário.

Portanto, o vínculo com a Administração, no período abrangido pelo pedido, ostentava caráter contratual, regido, pois, pela CLT, já que referente a verbas trabalhistas decorrentes de contrato de trabalho, de período anterior à instituição do regime jurídico estatutário, o que implica a atribuição de competência ao Juízo Trabalhista.

Esse é, inclusive, o teor da Súmula n. 97 do STJ:

Compete à Justiça do Trabalho processar e julgar reclamação de servidor público relativamente a vantagens trabalhistas anteriores à instituição do regime jurídico único.

Sobre o tema, a orientação desta Corte Superior é no mesmo sentido:

AGRAVO REGIMENTAL. CONFLITO DE COMPETÊNCIA. SERVIDOR PÚBLICO. REGIME CELETISTA. AÇÃO RECLAMATÓRIA. VERBAS TRABALHISTAS.

1. Compete à Justiça Laboral processar e julgar as reclamações trabalhistas propostas por servidores públicos municipais contratados sob o regime celetista. Precedentes do STJ.

2. Agravo regimental não provido.

(AgRg no CC 129.255/TO, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 09/10/2013, DJe 05/12/2013)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE. CONTRATO DE TRABALHO PREVENDO REGIME JURÍDICO DA CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA LABORAL.

1. Analisa-se no presente feito qual o Juízo competente para julgar demanda em que a reclamante, contratada como agente comunitário de saúde, objetiva o recebimento de verbas trabalhistas.

2. Considerando a juntada aos autos de contrato de trabalho onde se estabelece que a relação jurídico-trabalhista seria regida pela CLT, afasta-se a competência do Juízo Comum, atraindo a competência do Juízo Laboral para o julgamento da lide. Incide, na espécie, o art.

8º da Lei 11.350/2006: "Os Agentes Comunitários de Saúde e os Agentes de Combate às Endemias admitidos pelos gestores locais do SUS e pela Fundação Nacional de Saúde - FUNASA, na forma do disposto no § 4º do art. 198 da Constituição, submetem-se ao regime jurídico estabelecido pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT".

3. Agravo regimental não provido.

Superior Tribunal de Justiça

(AgRg no CC 127849/RS, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 12/06/2013, DJe 21/06/2013)

CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA ENTRE A JUSTIÇA ESTADUAL E TRABALHISTA. AÇÃO ORDINÁRIA CONTRA MUNICIPALIDADE. EFETIVAÇÃO DOS DEPÓSITOS A TÍTULO DE FGTS. PERÍODO LABORADO SOB O REGIME CELETISTA. SÚMULA 94 DESTE STJ. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL.

1. A competência da Justiça do Trabalho para processar e julgar as ações oriundas da relação de trabalho, abrangidos os entes de direito público externo e da administração pública direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. restou fixada pela Constituição Federal, no seu art. 114, I, com redação conferida pela EC n.º 45/04.

2. Deveras, a Suprema Corte, ao julgar a ADIn n.º 3.395-DF, excluiu da expressão relação de trabalho as ações decorrentes do regime estatutário. Assim, a competência para julgar as ações relativas a servidor estatutário não celetista e ente público, será da Justiça comum, estadual ou Federal, conforme o caso.

3. In casu, a autora do feito principal pleiteia direitos relativos ao período em que laborou para o Réu sob o regime celetista (30 de junho de 1.997 a 29 de julho de 2.004), o que denota pretensão de natureza trabalhista em virtude de que, à época dos fatos, era regida pela Consolidação das Leis do Trabalho.

4. Incidência da Súmula 97 deste STJ, segundo a qual: Compete à Justiça do Trabalho processar e julgar reclamação de servidor publico relativamente a vantagens trabalhistas anteriores a instituição do regime jurídico único. (Outros precedentes: CC 89.328 - RS, Relator Ministro CASTRO MEIRA Primeira Seção, DJ de 08 de outubro de 2.007 e CC 7.487 - SC, Relator Ministro DEMÓCRITO REINALDO, Primeira Seção, DJ de 09 de maio de 1.994).

4. Conflito conhecido para declarar competente o JUÍZO DA VARA DO TRABALHO DE CRUZEIRO - SP.

(CC 51229/SP, Rel. Ministro LUIZ FUX, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 09/04/2008, DJe 19/05/2008)

Ante o exposto, conheço do presente conflito para declarar competente para a causa o JUÍZO DA VARA DO TRABALHO DE MONTE AZUL - MG.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 04 de outubro de 2019.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
Relator